

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL INTEGRADO



**Tribunal de Contas
Mato Grosso**

TRIBUNAL DO CIDADÃO



Conselhos de Políticas Públicas: Instrumentos de Controle Social e Participação Democrática



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

A Construção Democrática no Brasil



Cenário Político

- ✓ Em 1984 brasileiros foram às ruas no movimento Diretas Já.
- ✓ Constituição de 88, com 29 anos de promulgação, foi um marco para a democratização das ações públicas.
- ✓ O país saía de anos de autoritarismo, onde o aparelho estatal estava engessado, ineficiente e extremamente burocrático.
- ✓ Nova era no Brasil, com participação popular ativa e combatente.
- ✓ Há no país um novo cenário legal, político e social.



Cenário Social

1988

1992

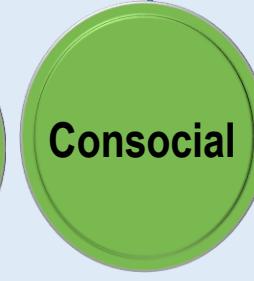
2010

2011

2012

2013

2015/
2016



DIRETAS JÁ

MOVIMENTOS SOCIAIS

1960

1980

1984

Cenário Legal

CONSTITUIÇÃO CIDADÃ - CF 1988	EMENDA CONSTITUCIONAL 19/1998	LRF LEI 101/2000	LEI 131/2009	LEI 12.527/2011
Fortalece a cidadania. (direito e deveres)	Administração Burocrática. (Foco em processos)	Participação da sociedade na elaboração do orçamento e no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. (transparência e clareza das informações Art. 48,I)	Determina a disponibilização, em tempo real, de informações sobre a execução orçamentária e financeira dos órgãos públicos	Lei de Acesso a Informação: obriga todos os órgãos públicos a oferecer informações sobre suas atividades a qualquer pessoa que solicitar os dados
Criação de instrumentos de controle social. (Conselhos Públicos)	Administração Gerencial (Foco em resultados)	Gestão fiscal responsável, responsabilização do gestor e participação da sociedade nas aplicações dos recursos públicos	Todos os gestores têm a obrigação de divulgar as despesas e receitas da administração em páginas oficiais	Os gestores precisam disponibilizar no site todas as informações referentes a administração. A informação é a regra e o sigilo é exceção
CIDADANIA (Participação Popular + Conselhos Públicos)	EFETIVIDADE (Resultado/ Eficácia, Programas e Projetos de Gestão)	RESPONSABILIZAÇÃO (Participação Popular na Elaboração e Discussão dos Planos)	TRANSPARÊNCIA (Órgãos Públicos)	TRANSPARÊNCIA (Ativa e Passiva de todos os Órgãos Públicos)

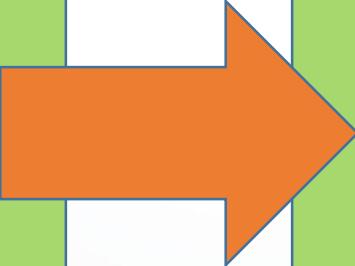
Participação Partilha de Poder

Participação Popular

- ✓ (a voz do grupo)
- ✓ (direitos específicos)
- ✓ (soluções de interesse dos mobilizadores)
- ✓ (fortalece as pessoas)

Participação Cidadã

- ✓ (a voz da sociedade)
- ✓ (direitos sociais)
- ✓ (soluções de interesse coletivo)
- ✓ (foco em políticas públicas)
- ✓ (empodera/fortalece a sociedade)



De onde vem nosso Direito

Art. 1º – A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único.

**Todo o poder emana do povo,
que o exerce por meio de
representantes eleitos ou
diretamente, nos termos desta
Constituição.**



Democracia: Representação e Participação

Democracia Representativa

Decisões políticas **tomadas por representantes eleitos** pelos cidadãos. Os "representantes do povo" se agrupam em instituições chamadas Parlamento, Câmaras, Congresso ou Assembleia da República.

Democracia Participativa

Pretende que **existam efetivos mecanismos de controle da sociedade civil** sob a administração pública, não se reduzindo o papel democrático apenas ao voto, mas também **estendendo a democracia para a esfera social**.

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

Controle Social: Fortalecimento da Cidadania

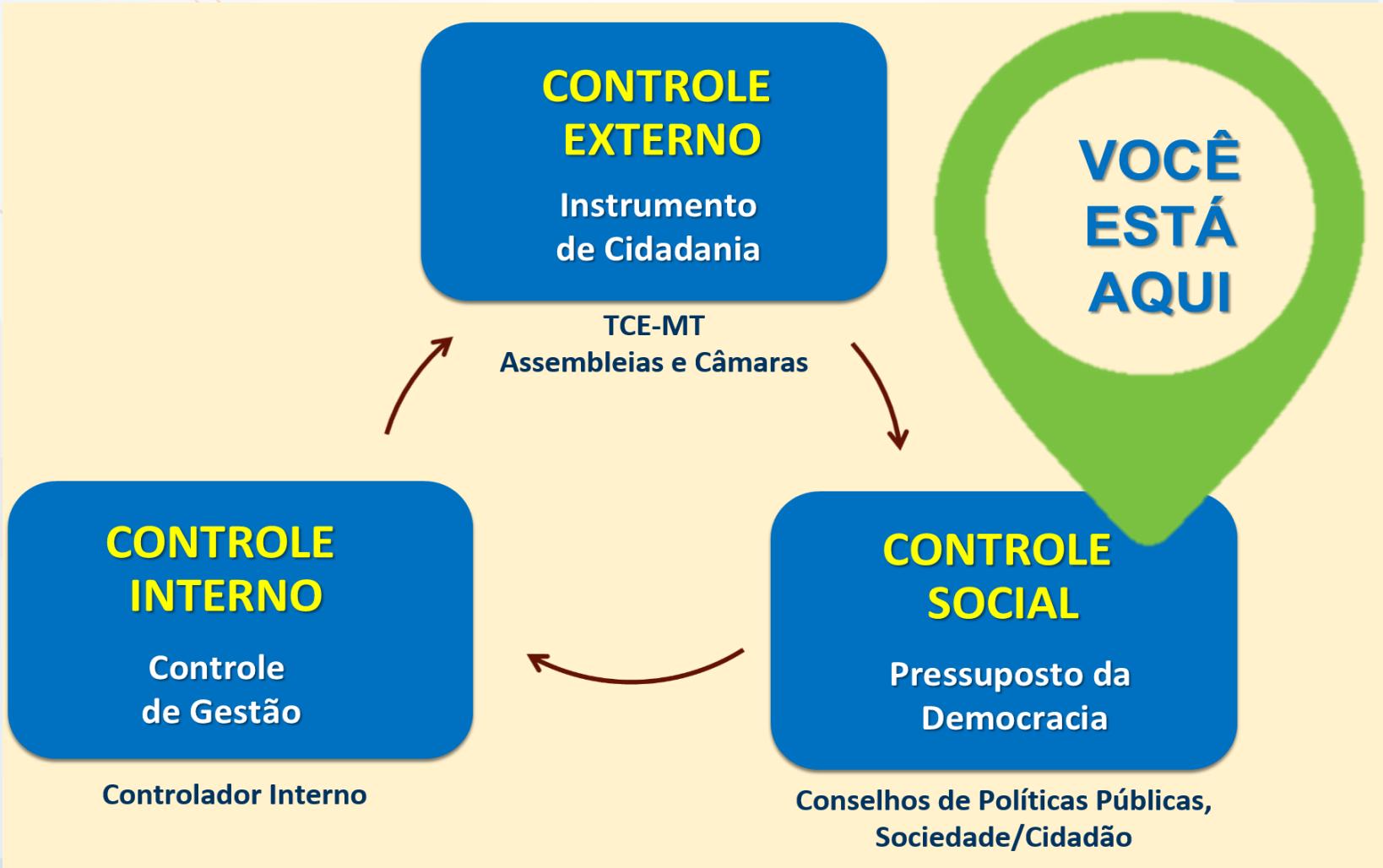


**Não existe
Democracia
sem controle**



Controle dos Recursos Públicos

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Controle Social

Pode ser compreendido:

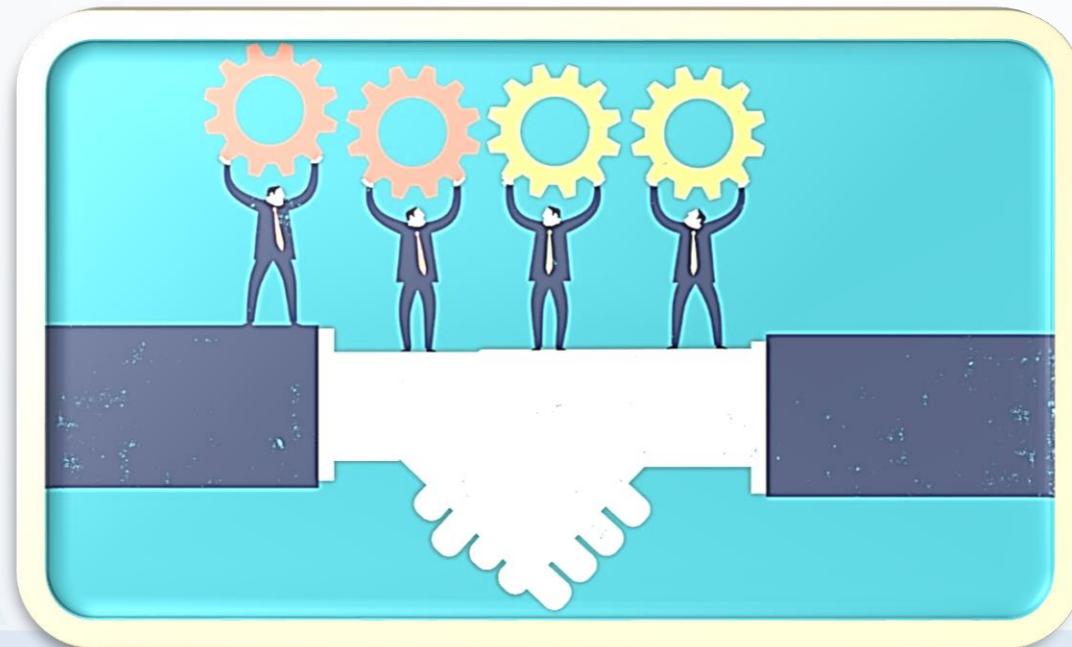
Como uma ação reguladora, resultante da participação popular nas instâncias estatais e/ou ações governamentais.



Controle Social

Visa assegurar que:

As políticas públicas sejam planejadas de modo que responda às necessidades sociais e seus **programas sejam **cumpridos** conforme o que foi pactuado.**



Controle Social

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



**É transversal a toda
política, e não pode
ser confundido
somente com controle
de orçamento.**

O objeto do controle social é abrangente, pois pode ser exercido na elaboração do planejamento, na fiscalização da execução orçamentária dos recursos públicos, na prestação de contas dos gestores e na avaliação dos resultados das ações do governo.



Dimensões do Controle Social

Dimensão Política

Relacionada à mobilização da sociedade para influenciar a agenda governamental, indicar prioridades, acompanhar a execução dos serviços e das políticas públicas e participar dos processos de avaliação.

Dimensão Técnica

Diz respeito ao trabalho da sociedade para fiscalizar a gestão de recursos e apreciação dos trabalhos governamentais, inclusive sobre o grau de efetividade desse trabalho na vida dos destinatários.

Dimensão Ética

Trata da construção de novos valores e de novas referências, fundados nos ideais de solidariedade, soberania e justiça social.

Fonte: Guia de Estudos de Capacitação de Conselheiros de Assistência Social (BRASIL, 2009)

O Cidadão e o Controle Social

Não adianta os controles institucionais (externo e interno) agirem, se não conseguem fazer com que esse **tema seja inserido na agenda do cidadão**.

O **cidadão** precisa se sentir parte do **controle social**.



Quais ações de Controle Social você realiza?

Participa

das Audiências Públicas?

Vai

as reuniões que discute o Orçamento Participativo?

Frequenta

a Câmara Municipal para discutir assuntos de interesse da população?

Acompanha

as prestações de contas da Prefeitura?

Recorre

as ouvidorias para reclamar de má qualidade ou denunciar irregularidades nos serviços públicos?

Grau de participação do público no processo decisório

Poder decisório da organização



INFORMAÇÃO	PERSUASÃO	CONSULTA	PARCERIA	CONTROLE
A decisão é tomada e o público é comunicado a respeito	A decisão é tomada e há uma tentativa de convencimento do público	O problema é apresentado, as opiniões são coletadas e a decisão é tomada	Os limites são previamente definidos; as informações são partilhadas e a decisão é conjunta	A decisão é tomada pelo público, que assume a responsabilidade pública

Fonte: Eldsvik, 1978 apud Sanchez, 2008, p. 411.



Participação do público nas decisões

Quando os indivíduos se recusam a participar das decisões sociais:

ACEITANDO

que os problemas da sociedade
sejam pensados e resolvidos
por **outras pessoas**

DESCONHECENDO

a destinação dos recursos
orçamentários

DEIXANDO

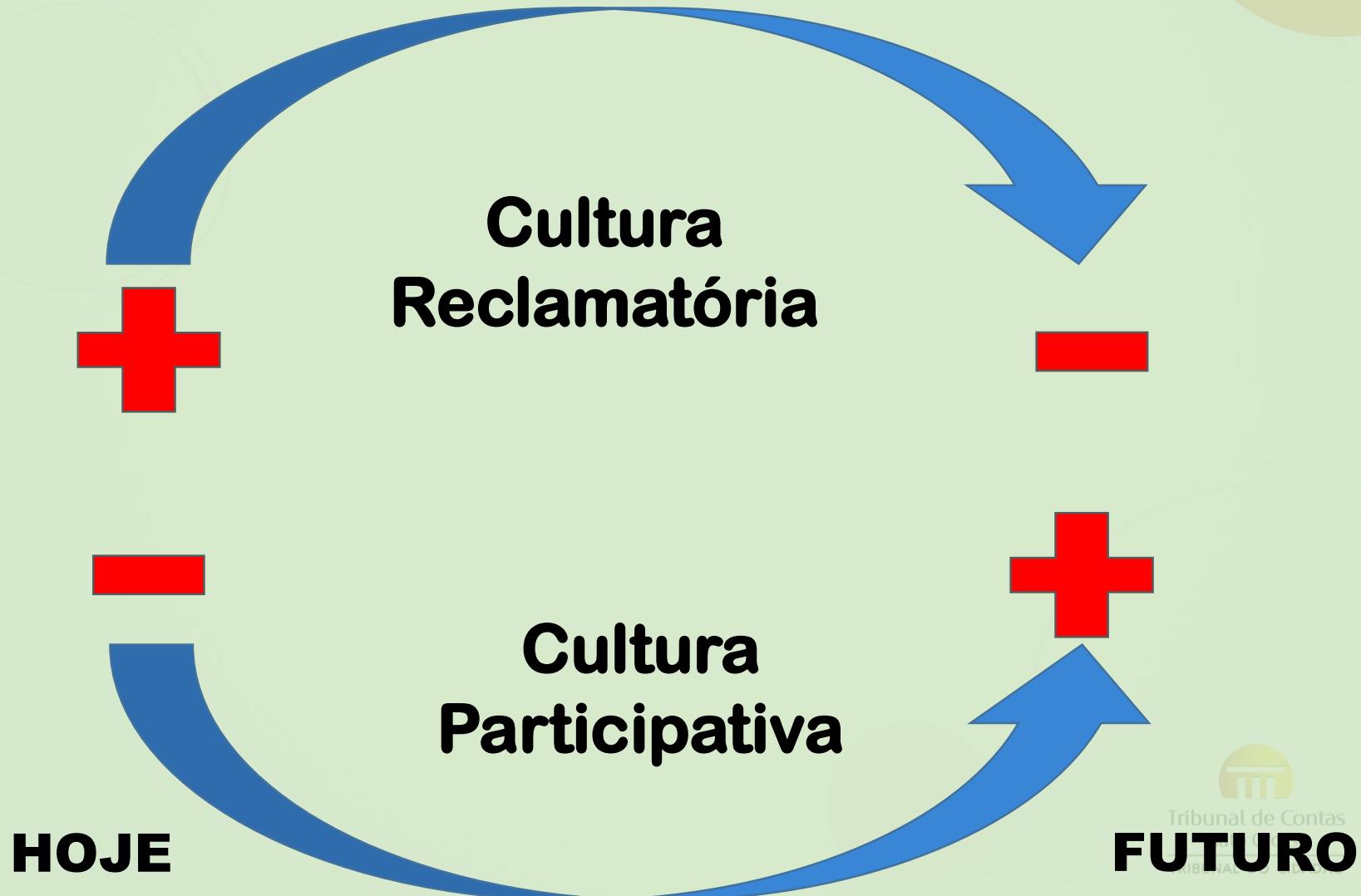
de **participar dos debates** sobre
a definição e o planejamento
das **políticas públicas**

ENFRAQUECENDO

a **democracia** com a ausência
de legitimação das ações e
decisões públicas

CULTURA DO CONTROLE SOCIAL

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADA



Tribunal de Contas
do Estado do Rio
Branco - RJ

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

Conselhos: Instrumentos de Controle Social





Na constituição de 88 os conselhos de políticas públicas ganharam forma. Mas, foi a partir da formatação de leis específicas, ainda nos primeiros anos da década de 90, e que começaram a se efetivar.

A simples existência da estrutura dos conselhos de políticas públicas **não garante** a sua **efetividade**.

Enquanto espaço de articulação da sociedade com os agentes estatais, os conselhos de políticas públicas estão centrados em **dois pilares**:

1 – DEMOCRATIZAÇÃO
(ampliação da participação social)

2 – DESCENTRALIZAÇÃO
(das políticas sociais e fortalecimento do poder local)



1 – O reconhecimento do povo como **AGENTE TRANSFORMADOR**

2 – **CULTURA CRÍTICA**, com base no repúdio a todas as formas de opressão



Os conselhos são
espaços públicos de
composição plural e
paritária entre estado e
sociedade, de natureza
PROPOSITIVA,
MOBILIZADORA,
DELIBERATIVA,
FISCALIZADORA e
CONSULTIVA,
cuja função é formular
execução das
políticas públicas.



Natureza Propositiva dos Conselhos

Visão Global e Sistêmica da Gestão





PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Leis Orçamentárias

PPA

Plano Plurianual

LDO

Lei de Diretrizes
Orçamentária

LOA

Lei Orçamentária
Anual

O PPA faz um **planejamento da políticas públicas e programas de governo** para o período de 4 anos.

Apresenta as **dimensões estratégicas, os objetivos, estipula as metas e delineia as iniciativas. Associando os programas orçamentários aos objetivos.**

A LDO **orienta ano a ano como esses programas e objetivos devem ser realizados.**

Destaca **metas e prioridades para a Administração Pública.**

A LOA **aloca os recursos públicos necessários anualmente para a concretização das metas estabelecidas.**

Define as ações que estão vinculadas as iniciativas que serão detalhados no orçamento

Monitoramento Participativo

Sociedade participando das decisões da gestão pública



PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Oficina: Identificação das demandas da sociedade em relação às políticas públicas





Como será a oficina?



Metodologia

A OFICINA SERÁ REALIZADA

Em grupo para conhecimento e priorização das demandas indicadas pela sociedade que serão inseridas no Planejamento Estratégico e nas peças orçamentárias



Oficina: Composição dos Grupos

1 - Proteção do Gênero Humano

2 - Educação

3 - Saúde

4 - Desenvolvimento Econômico

5 - Patrimônio da Humanidade



Oficina: Composição dos Grupos

1. PROTEÇÃO DO GÊNERO HUMANO:

Defesa de Direitos, Assistência Social, Criança e Adolescentes, Idoso, Mulher, Tutelar, Pessoa com Deficiência, Juventude e Bolsa Família

2. EDUCAÇÃO:

Educação, Alimentação Escolar, FUNDEB, Esporte, Cultura e Transporte Escolar

Oficina: Composição dos Grupos

3. SAÚDE:

Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Antidrogas
e Segurança Pública

4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

Turismo, Economia Solidária, Trabalho, Emprego, Indústria,
Comércio, Habitação e Transporte

5. PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE:

Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável

Oficina: Orientações

Os grupos devem eleger:

1 Coordenador,
1 Orador e
1 Secretário (Todos Conselheiros)

Trabalho nos grupos: (1h30min)

- ✓ **LEVANTAR** as demandas da sociedade nas suas respectivas áreas, **(60min)**
- ✓ **DOCUMENTAR** 5 demandas por ordem de prioridade **(15min)**
- ✓ **FORMALIZAR** o documento final do grupo e entregar para digitação **(15min)**



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Oficina: Orientações

➤ **Sistematizar as demandas (15min)**

Digitação dos resultados dos grupos e aplicação da avaliação reativa

➤ **Trabalho em plenária (15min, sendo 3min para cada grupo)**

Apresentação pelo orador dos grupos, que deve ser um conselheiro

- Deve ser feita apenas a leitura das demandas

- Não haverá discussão e nem explanação dos motivos



Características das demandas priorizadas nos grupos:



- **Construção coletiva**
- **Consenso nas decisões**
- Representar os **anseios da sociedade**
- Conteúdos **transversais**



Como pensar de forma transversal?

Reducir o número de pessoas acidentadas
(Saúde e SMTU)

Melhorar a qualidade da água
(Meio Ambiente e Saúde) (Educação e Turismo)

Diminuir o déficit habitacional
(Habitação e Assistência Social)

Aumentar a cobertura de crianças em creche
(Educação e Assistência Social)

Reducir a pobreza
(Assistência Social e Emprego)



Atenção senhores conselheiros



As **demandas** priorizadas **devem buscar** alcançar os **resultados** das políticas públicas (*as ações priorizadas devem indicar o que fazer*) e **não os meios** para atingí-las (*não dizer como fazer*).

Verbos para formular demandas

- ✓ Ampliar
- ✓ Aperfeiçoar
- ✓ Desenvolver
- ✓ Priorizar
- ✓ Implantar
- ✓ Elaborar
- ✓ Atualizar
- ✓ Rever

- ✓ Aumentar
- ✓ Elevar
- ✓ Reduzir
- ✓ Manter
- ✓ Garantir
- ✓ Adequar
- ✓ Erradicar

Demandas Inovadoras

DEMANDAS INOVADORAS

Proteção do Gênero Humano	Reducir índice de pobreza
Educação	Fortalecer a formação inicial e continuada e a parceria entre escola e família
Saúde	Garantir o atendimento qualificado em saúde em 100% da população
Desenvolvimento Econômico	Atrair novos investidores por meio de divulgação dos incentivos fiscais e econômicos
Patrimônio da Humanidade	Melhorar a produtividade e a produção agropecuária do município, com qualidade e sustentabilidade e transformação tecnológica

Demandas mais Frequentes

DEMANDAS MAIS FREQUENTES

Proteção do Gênero Humano	Reducir a vulnerabilidade social (Bolsa Família)
Educação	Elevar o IDEB do município priorizando a proficiência e a aprendizagem
Saúde	Reducir a taxa de mortalidade infantil
Desenvolvimento Econômico	Garantir moradia a população de baixa renda
Patrimônio da Humanidade	Implantar política de controle de uso de agrotóxicos próximo a núcleos urbanos

Demandas Transversais

DEMANDAS TRANSVERSAIS

Proteção do Gênero Humano	Fortalecimento do trabalho integrado em rede
Educação	Elaboração e aprovação do Plano Municipal de Educação integrado ao Plano Estratégico Municipal e utilizá-lo como ferramenta de gestão
Saúde	Apoiar ações de segurança pública para diminuir os óbitos por causas externas
Desenvolvimento Econômico	Agregar valor a matéria-prima existente na região (soja, madeira, couro e minerais) criando incentivos fiscais para os novos
Patrimônio da Humanidade	Programa de educação ambiental com especificidade setorial

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Vamos à Oficina



Oficina: Composição dos Grupos

1. PROTEÇÃO DO GÊNERO HUMANO:

Defesa de Direitos, Assistência Social, Criança e Adolescentes, Idoso, Mulher, Tutelar, Pessoa com Deficiência, Juventude e Bolsa Família

2. EDUCAÇÃO:

Educação, Alimentação Escolar, FUNDEB, Esporte, Cultura e Transporte Escolar

Oficina: Composição dos Grupos

3. SAÚDE:

Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Antidrogas
e Segurança Pública

4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

Turismo, Economia Solidária, Trabalho, Emprego, Indústria,
Comércio, Habitação e Transporte

5. PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE:

Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável



Mais informações sobre as ações do TCE-MT voltadas para o cidadão, entre em contato conosco:

SAI Secretaria de Articulação
Institucional e Desenvolvimento
da Cidadania do TCE-MT

sai@tce.mt.gov.br
Telefones: (65) 3613 2911 / 3613 2926

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

MUITO OBRIGADA!

Cassyra L Vuolo

Secretaria de Articulação Institucional
e Desenvolvimento da Cidadania

cassyra@tce.mt.gov.br
(65) 3613-2911





**Tribunal de Contas
Mato Grosso**

TRIBUNAL DO CIDADÃO